

**PROPOSIÇÃO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Nº 009/2020
À 104ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
DA COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS**

1. DATA/ HORA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

16 de abril de 2020, às 09 (nove) horas.

2. ITEM DE PAUTA

1. Deliberar sobre a remuneração dos Administradores da CEGÁS, com base no art. 152 da Lei nº 6.404/76 e no art. 7º, inciso VIII, do Estatuto Social da CEGÁS.

3. HISTÓRICO

Na 96ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 24 de abril de 2019, foi aprovada a manutenção da remuneração dos membros dos Administradores da Companhia, conforme tabela abaixo:

Diretor Presidente	R\$ 17.607,61
Diretor Técnico e Comercial /Administrativo e Financeiro	R\$ 13.205,71
Conselho de Administração	R\$ 4.282,60
Comitê de Auditoria Estatutário	R\$ 4.282,60

A CEGÁS, com base no art. 7º, inciso VIII, do Estatuto Social da Companhia, no disposto no Art. 152 da Lei nº 6.404/76, apresenta a proposta de manutenção da remuneração dos Administradores da Companhia e dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário.

4. FUNDAMENTAÇÃO/JUSTIFICATIVA

Considerando:

- I. o Art. 7º, inciso VIII, do Estatuto Social da Companhia;
- II. o disposto no Art. 152 da Lei nº 6.404/76, abaixo reproduzidos:

“Art. 152. A assembleia geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.”

**PROPOSIÇÃO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Nº 009/2020
À 104ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
DA COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS**

5. PROPOSIÇÃO

Aprovar, nos termos do Art. 152 da Lei nº 6.404/76, do Art. 7º, inciso VIII, do Estatuto Social da Companhia, a proposta de remuneração dos administradores da CEGÁS, a saber:

a) manter a remuneração mensal dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário no valor de R\$ 4.282,60 (quatro mil, duzentos e oitenta e dois reais e sessenta centavos);

b) manter a remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração no valor de R\$ 4.282,60 (quatro mil, duzentos e oitenta e dois reais e sessenta centavos);

c) manter a remuneração mensal do Diretor Presidente: (i) em R\$ 17.607,61 (dezessete mil e seiscentos e sete reais e sessenta e um centavos), acompanhada de licença anual remunerada, acrescida de 3/3 (três terços), razão de 1/12 para cada mês trabalhado no exercício, gratificação natalina a ser paga no mês de dezembro de cada ano, a razão de 1/12 para cada mês trabalhado no exercício, parcelas estas, que sofrerão incidência dos encargos sociais (FGTS) e de INSS na forma da Lei; benefícios sociais (assistência médica, auxílio alimentação, seguro de vida, assistência odontológica) nos mesmos parâmetros e regras praticados pela Companhia em relação aos seus empregados e de eventual Bônus de Desempenho à título de participação nos lucros, conforme Política de Participação nos Lucros da Companhia. Excepcionalmente enquanto o Sr. Hugo Santana de Figueirêdo Junior estiver cedido pela Universidade Federal do Ceará à CEGÁS para exercício do cargo de Diretor Presidente, a sua remuneração será composta das seguintes parcelas: (i) reembolso mensal médio à Universidade Federal do Ceará no valor de até R\$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais); (ii) o valor de R\$ 17.607,61 (dezessete mil e seiscentos e sete reais e sessenta e um centavos), como verba de representação que será paga mensalmente e diretamente à pessoa física do Sr. Hugo Santana de Figueirêdo Junior, não havendo quaisquer incidências de FGTS, INSS, devido à natureza da citada verba, observando, também, a legislação pertinente; (iii) benefícios sociais (assistência médica, auxílio alimentação, seguro de vida, assistência odontológica) nos mesmos parâmetros e regras praticados pela Companhia em relação aos seus empregados; (iv) Bônus de Desempenho, a título de participação nos lucros,

**PROPOSIÇÃO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Nº 009/2020
À 104ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
DA COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS**

conforme Política de Participação nos Lucros da Companhia, acrescida de Bônus Anual no valor R\$ 38.032,44 (trinta e oito mil e trinta e dois reais quarenta e quatro centavos);

d) manter a remuneração do Diretor Técnico e Comercial e do Diretor Administrativo e Financeiro: (i) em R\$ 13.205,71 (treze mil e duzentos e cinco reais e setenta e um centavos), acompanhada de licença anual remunerada acrescida de 3/3 (três terços), razão de 1/12 para cada mês trabalhado no exercício, gratificação natalina a ser paga no mês de dezembro de cada ano, a razão de 1/12 para cada mês trabalhado no exercício, parcelas estas, que sofrerão incidência dos encargos sociais (FGTS) e de INSS na forma da Lei; benefícios sociais (assistência médica, auxílio alimentação, seguro de vida, assistência odontológica) nos mesmos parâmetros e regras praticados pela Companhia em relação aos seus empregados e de eventual Bônus de Desempenho à título de participação nos lucros, conforme Política de Participação nos Lucros da Companhia.

Ato contínuo, aprovar: i) que o valor correspondente à remuneração mensal fixada pela Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS, referente à função de Diretor Técnico e Comercial sobre a qual haverá incidência dos encargos sociais (FGTS) e previdenciários (INSS), acrescida de licença anual remunerada adicionada de 3/3 (três terços), a ser paga a razão de 1/12 para cada mês trabalhado no exercício, gratificação natalina a ser paga a razão de 1/12 para cada mês trabalhado no exercício, parcelas estas, que sofrerão incidência dos encargos sociais (FGTS) e previdenciários (INSS), ambas na forma da Lei; benefícios sociais (assistência médica, auxílio alimentação, seguro de vida, assistência odontológica), de eventual pagamento de participação nos lucros conforme Política de Participação nos Lucros da Companhia, permanecerá sendo reembolsada à PETROBRAS GÁS S.A. - GASPETRO; ii) que o valor correspondente à remuneração mensal fixada pela Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS, referente à função de Diretor Administrativo e Financeiro da Companhia, sobre a qual haverá incidência dos encargos sociais (FGTS) e previdenciários (INSS), acrescida de licença anual remunerada adicionada de 3/3 (três terços), a ser paga a razão de 1/12 para cada mês trabalhado no exercício, gratificação natalina a ser paga a razão de 1/12 para cada mês trabalhado no exercício, parcelas estas, que sofrerão incidência dos encargos sociais (FGTS) e previdenciários (INSS), ambas na forma da Lei; benefícios sociais (assistência médica, auxílio alimentação, seguro de vida, assistência odontológica), de eventual pagamento

**PROPOSIÇÃO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Nº 009/2020
À 104ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
DA COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS**

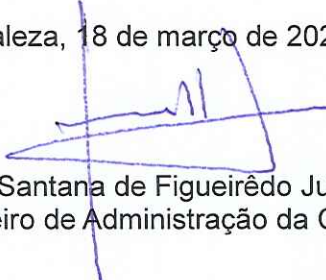
de participação nos lucros conforme Política de Participação nos Lucros da Companhia, permanecerá sendo reembolsada à Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda;

iii) que a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho de Administração, a CEGÁS deverá manter o recolhimento do INSS/Empresa com base nos percentuais definidos em lei.

6. ANEXOS

- Ata 96ª AGE.

Fortaleza, 18 de março de 2020.



Hugo Santana de Figueirêdo Junior
Conselheiro de Administração da CEGÁS